TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 8

IMPOSTO ESTABILIZADOR DA TAXA DE CÂMBIO

João Luis Brasil Gondim*

Brasília, janeiro de 2009.

^{*} Doutorando em Economia pela Toulouse School of Economics, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Diretor do Centresaf-CE

GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA FAZENDA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF

Diretor-Geral da Esaf Mauro Sérgio Bogéa Soares

Diretor-Geral-Adjunto da Esaf João Dias Neto

Diretor-Geral-Adjunto da Esaf Maria Cristina Mac Dowell Dourado de Azevedo

Diretor de Educação Aloísio Flávio Ferreira de Almeida

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados de trabalhos desenvolvidos pela área de pesquisa da Diretoria de Educação da Escola de Administração Fazendária, bem como outros trabalhos considerados de relevância tendo em vista as linhas de pesquisa da Instituição.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Esaf ou do Ministério da Fazenda.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Texto para Discussão

Imposto Estabilizador da Taxa de Câmbio¹ IOF - Câmbio

João Luis Brasil Gondim²

Janeiro, 2009

Este artigo propõe a criação de um mecanismo fiscal cujo objetivo é a redução da volatilidade da taxa câmbio. O IOF-Câmbio funciona através da tributação (débito de imposto) de operações de câmbio divergentes (que contribuem para afastar a cotação de sua tendência de longo prazo) e do crédito de imposto para operações convergentes. No caso das depreciações abruptas, causadas por choques internos e externos, o IOF-Câmbio estimula a entrada de capital e tributa a saída. Em tempos de "normalidade" econômica, quando o diferencial de juros brasileiro atrai capital em abundância e causa uma apreciação excessiva do real, o IOF-Câmbio estimula a saída de capital e tributa a entrada. A parte final do artigo apresenta as vantagens do IOF-Câmbio em relação a alternativas como: controle de capitais, controle do câmbio e Taxa Tobin.

Expressões-chave: volatilidade, câmbio, imposto regulatório, livre movimentação de capitais.

Versão preliminar.

¹ Este é um artigo acadêmico que visa contribuir para a discussão econômica. As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do autor e não refletem a visão da Escola de Administração Fazendária – Esaf nem da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

² Doutorando em Economia pela Toulouse School of Economics, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. E-mail: jlgondim@terra.com.br

"Os mercados financeiros globais estendem crédito demais e barato demais nos bons tempos, e crédito escasso demais nos maus tempos. A única resposta eficaz é administração anticíclica da conta de capital do balanço de pagamentos: desestimular tomadas de empréstimo no exterior durante períodos de crescimento econômicos e evitar a fuga de capital durante retrações econômicas."

Dani Rodrik, Jornal Valor Econômico, 12/12/2008.

1. Introdução

Efeitos danosos da volatilidade cambial

A excessiva oscilação da taxa de câmbio produz efeitos danosos para a economia. Ela aumenta a incerteza sobre a lucratividade dos investimentos, não somente para as empresas exportadoras e importadoras, como também para as empresas cujos insumos e/ou produtos finais têm seu preço estabelecido no mercado mundial ("tradeables").

Ela também cria dificuldades adicionais para a condução da política monetária. Depreciações abruptas, como as ocorridas no início de 1999, no período pré-eleitoral de 2002 e na crise do "subprime" em 2008, obrigam a autoridade monetária a manter longos períodos de altas taxas de juros com o objetivo de neutralizar seu impacto no nível de preços doméstico. Por outro lado, na ausência de choques internos e externos, o alto diferencial de juros praticado no Brasil incentiva a entrada de capital que termina por levar a uma excessiva apreciação do câmbio, como a verificada de meados de 2007 a julho de 2008, que reduz a competitividade do setor exportador, causando desequilíbrios na cadeia produtiva que levam um intervalo de tempo considerável para se recompor.

Nos últimos anos, acreditava-se que a boa condução da política macroeconômica, combinando o controle da inflação com a adoção o câmbio flutuante e o acúmulo de reservas, tornaria o país mais robusto às crises externas. A crise do "subprime" demonstrou a falsidade desta crença.

Evidência da volatilidade cambial

Embora a volatilidade da taxa de câmbio esteja presente em todos os países que adotam o câmbio flutuante, ela se manifesta de forma mais intensa em alguns países. A

tabela 1 exibe o coeficiente de variação da taxa de câmbio mensal de um grupo de países selecionados a partir de dados do Federal Reserve de Saint Louis.

Tabela 1. Coeficiente de variação percentual* da taxa de câmbio por dólares americanos

Anna	Brasil	México	Índia	África do Sul	Coréia do Sul	Austrália	Canadá	Japão	Euro	Reino Unido
Anos	Diasii	MEXICO	IIIuia	Sui	Sui	Australia	Cariaua	Japau	Eulo	Unido
1999	7,30%	2,72%	1,02%	0,93%	1,98%	1,54%	1,27%	6,17%	3,70%	1,36%
2000	3,72%	1,54%	2,87%	7,23%	2,62%	6,84%	1,92%	1,80%	5,51%	4,55%
2001	10,78%	2,53%	1,21%	13,16%	1,41%	3,01%	1,71%	2,63%	2,71%	1,42%
2002	19,04%	4,62%	0,60%	7,65%	4,39%	3,29%	1,31%	4,39%	5,89%	4,28%
2003	8,52%	2,93%	2,04%	8,33%	1,87%	7,48%	5,58%	3,87%	4,36%	3,06%
2004	4,21%	1,79%	1,73%	5,36%	3,38%	4,16%	4,26%	2,25%	3,30%	2,08%
2005	7,02%	2,06%	1,87%	4,37%	1,39%	1,92%	2,52%	4,63%	4,09%	3,46%
2006	1,94%	2,22%	1,84%	8,37%	1,69%	2,17%	1,55%	1,58%	3,08%	3,86%
2007	6,45%	0,96%	4,48%	2,79%	0,90%	4,79%	7,01%	3,12%	3,91%	1,88%
2008	15,28%	10,62%	8,34%	12,71%	15,17%	13,53%	8,45%	5,15%	7,45%	11,25%

^{*} Coeficiente de variação percentual = 100 * desvio padrão / média

 $Fonte: C\'alculos\ realizados\ a\ partir\ de\ dados\ obtidos\ do\ Federal\ Reserve\ Bank\ of\ Saint\ Louis-FRED-Monthly\ Exchange\ Rates-http://research.stlouisfed.org/fred2/$

O Brasil, juntamente com a África do Sul, se destaca pela alta volatilidade exibida por sua moeda: seus coeficientes de variação superam o limite de 5% (células destacadas em verde) em 7 dos 10 anos da amostra. Os demais países superam este limite em, no máximo, 3 anos. O coeficiente de variação brasileiro chega a superar o limite de 10% (valores em negrito) em 3 anos da amostra. Além disso, o valor brasileiro exibe a volatilidade mais alta dentre os países da amostra em cinco dos 10 anos pesquisados.

O gráfico 1 exibe a razão entre a taxa de câmbio mensal e sua média móvel dos últimos 12 meses para o Brasil e um grupo de países desenvolvidos. Este gráfico mostra

Gráfico 1. Taxa de câmbio por US\$ dividida pela média móvel de 12 meses

que as taxas de câmbio dos países desenvolvidos dificilmente superaram o intervalo de mais ou menos 10 pontos em relação à média móvel dos últimos 12 meses. Enquanto isso, a taxa de câmbio brasileira superou este limite seis vezes nos últimos 10 anos, sendo três episódios de depreciação: março a novembro/2001, julho/2002 a março/2003, e outubro a novembro/2008; e três de apreciação: junho a outubro/2003, abril a novembro/2005, outubro a novembro/2007. A taxa brasileira chega mesmo a superar o limite de 25 pontos por três vezes, todas elas associadas a depreciações.

O episódio da crise do "subprime" mostrou que o país ainda permanece vulnerável ao contágio de crises externas, mesmo com a política de câmbio flutuante combinada com metas de inflação e acúmulo de reservas.

2. Mecanismo proposto

Este artigo propõe um mecanismo cujo objetivo é reduzir as oscilações da taxa de câmbio, reduzindo a amplitude tanto das depreciações, quanto das apreciações, ao redor de tendência de longo prazo.

O imposto mantém a liberdade de circulação de capitais e aumenta a liberdade da política monetária.

Operações simultâneas e diferidas

As operações classificadas como *simultâneas* são aquelas que decorrem de decisões tomadas há pouco tempo atrás, quase que instantaneamente. Exemplos de operações simultâneas de câmbio são: entrada e saída da capital estrangeiro da bolsa de valores ou aplicações de renda fixa, investimento estrangeiro direto, remessas unilaterais... Em contraste, as operações classificadas como *diferidas* são as que decorrem de decisões tomadas a um intervalo de tempo não desprezível. Exemplos de operações diferidas são as relativas à balança comercial e de serviços, cujas operações de exportação e importação são fruto de decisões tomadas com meses de antecedência.

O mecanismo proposto deve atuar somente sobre as operação de câmbio que sejam classificadas como simultâneas. A distinção entre estes tipos de operação se faz necessária por duas razões: o seu impacto no nível de preços interno e a flexibilidade de cada tipo de operação.

A operações diferidas envolvem a transação de bens e serviços que impactam o nível de preços internos. A estabilidade do nível preços é o objetivo principal da política monetária. Choques positivos e negativos na taxa de câmbio não se cancelam mutuamente porque o nível de preços é consideravelmente mais inflexível para baixo do que para cima. Basta citar como exemplo a impossibilidade de redução de salários. Correa e Minella (2006) identificam um efeito assimétrico de mudanças da taxa de câmbio no nível de preços: o repasse ("pass-through") de grandes depreciações no nível de preços do trimestre seguinte foi estimado em 11%, enquanto o impacto de pequenas depreciações e apreciações foi considerado insignificativo.

As operações diferidas são mais inflexíveis porque envolvem exportação e importação de bens e serviços, fruto de contratos assinados, por vezes, meses antes da efetivação da operação de câmbio. Quanto maior o espaço de tempo entre a assinatura do contrato de exportação ou importação e a realização da receita ou despesa associada, maior a incerteza (maior o risco) sofrida pelo agente econômico. Este risco aumenta em períodos de maior volatilidade da taxa de câmbio. É evidente que este risco pode ser reduzido, ou mesmo eliminado, através de operações no mercado futuro de câmbio. Porém, isso implica em custos adicionais, os quais também são crescentes com a volatilidade da taxa de câmbio.

Como exemplo, considere o problema de maximização de lucro de um exportador dado por

$$Max_q v_t(q)E(d_{t+1}) - c_t(q)$$

onde $v_t(q)$ é o valor contratado em dólares para a exportação da quantidade q, $\mathrm{E}(d_{t+1})$ é a taxa de câmbio esperada no momento do pagamento, em t+1, e $c_t(q)$ é o custo em reais de produção da quantidade q no tempo t. Note que há um intervalo de tempo entre a produção no tempo t e a realização das receitas em t+1. No momento t, o custo de produção é conhecido, porém a receita associada em reais depende da taxa de câmbio futura. O nível de produção ótimo é dado pelas condições de primeira ordem³

$$\frac{c_{t}(q)}{v_{t}(q)} = E(d_{t+1})$$

-

³ Foi assumido que as funções v(q) e c(q) possuem propriedades, tais como continuidade, diferenciabilidade e concavidade/convexidade, que garantem um ótimo interior.

A equação acima demonstra que existe um nível de produção ótimo para cada valor da taxa de câmbio. Note que, embora uma depreciação do câmbio aumente a receita de exportação, o lucro do exportador permanece aquém do nível ideal, porque seu nível de produção não foi aquele adequado ao preço recebido. A externalidade sofrida pelo exportador não decorre da mudança de preço, e sim da volatilidade do mesmo.

Além disso, as operações de transação de bens e serviços envolvem relacionamentos de longo prazo e o investimento realizado na prospecção e manutenção de clientes e fornecedores pode vir a ser perdido por uma mudança muito brusca da taxa de câmbio.

As operações simultâneas são mais flexíveis, pois se tratam de operações como: transferências voluntárias, investimentos ou remessa de lucros. Estas operações podem ser antecipadas ou postergadas mais facilmente em função da taxa de câmbio vigente. Não existe intervalo de tempo entre a decisão de realizar a operação e o fechamento do câmbio associado a esta operação. Em outras palavras, estas operações não sofrem risco cambial.

Além disso, as operações simultâneas exibem alta volatilidade e estão por trás da alta volatilidade experimentada pela taxa de câmbio.

A tabela 2 demonstra que a conta financeira e de capital lideram a volatilidade dos componentes do balanço de pagamentos brasileiro nos últimos anos.

Tabela 2. Coeficiente de variação dos componentes do balanço de pagamentos Brasil (janeiro de 2000 a outubro de 2008)

Conta do balanço de pagamentos	Coeficiente de variação		
Balança comercial	0,73		
Serviços	0,53		
Rendas	0,41		
Transferências unilaterais correntes	0,37		
Conta capital	1,25		
Conta financeira	2,35		

Fonte. Cálculos realizados a partir de dados obtidos no Banco Central do Brasil – Séries históricas

O mecanismo proposto neste artigo visa corrigir a externalidade causada pelas operações simultâneas nas operações diferidas e na condução da política monetária. Dessa forma, os créditos ou débitos do IOF-Câmbio se restringiriam às operações simultâneas.

Operações divergentes e convergentes

O mecanismo proposto atua nas operações simultâneas, através da tributação das operações *divergentes* e do estímulo, através de um crédito de imposto, de operações *convergentes*. Considera-se como operações divergentes (convergentes) aquelas que contribuem para afastar (aproximar) a taxa de mercado de sua trajetória de longo prazo.

Considere um período no qual a taxa de câmbio esteja excessivamente apreciada, ou seja, a taxa de câmbio de reais por dólares situe-se abaixo da média histórica, como, por exemplo, no período de setembro de 2004 a setembro de 2008. Nesta situação, seriam tributadas as operações de venda de dólares, que estimulam um aumento da apreciação, e teriam direito ao crédito do IOF-Câmbio as operações de compra de dólares, que estimulam uma depreciação (ou redução da apreciação) do real.

De forma simétrica, quando a taxa de câmbio estiver depreciada em relação à média histórica, como, por exemplo, nos choques de 2001, 2002 e 2008, seriam tributadas as operações de compra de dólares e receberiam o crédito de imposto as operações de venda de dólares. Tanto o imposto devido, quanto o crédito do imposto, seriam calculados sobre a diferença entre a cotação negociada e a tendência de longo prazo da taxa de câmbio

$$IOF = (t_i - t_{LP}) * alíquota$$

onde IOF é o valor do imposto apurado, t_i é a taxa negociada e t_{LP} é a tendência de longo prazo da taxa de câmbio, calculada, por exemplo, como a média móvel dos últimos 12 meses. A tabela abaixo resume a taxa de câmbio efetiva da operação para cada situação possível.

Tabela 3. Funcionamento do IOF-Câmbio

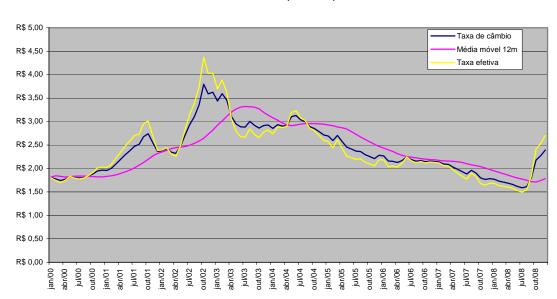
Situação	Compra de dólares	Venda de dólares		
Câmbio apreciado	$t_{efetiva} = t_i - IOF$	$t_{efetiva} = t_i$ - IOF		
Câmbio depreciado	$t_{efetiva} = t_i + IOF$	$t_{efetiva} = t_i + IOF$		

Em uma situação de câmbio apreciado, o IOF-Câmbio atua no sentido de estimular a depreciação do real: debitando imposto na ponta vendedora do contrato (reduzindo o valor recebido na venda) e creditando imposto na ponta compradora (reduzindo o valor efetivamente pago).

Na situação oposta, câmbio depreciado, o IOF-Câmbio atua no sentido de estimular a apreciação do real: creditando imposto na ponta vendedora do contrato (aumentando o

valor recebido na venda) e debitando imposto na ponta compradora (aumentando o valor efetivamente pago).

Esta sistemática do IOF-Câmbio faz com que a taxa efetiva utilizada pelas operações simultâneas oscile mais do que a taxa de câmbio usada para as operações diferidas. O gráfico abaixo exibe as curvas para a taxa de câmbio (linha escura), sua média móvel e a taxa efetiva com incidência de IOF-Câmbio (linha amarela).



Taxa de Câmbio, Taxa Efetiva para Operações Simultâneas e Média Móvel de 12 meses Brasil (R\$ / US\$)

A taxa efetiva das operações simultâneas é mais volátil do que a taxa de câmbio vigente e cria um ônus para as operações simultâneas divergentes e um estímulo para as convergentes.

2.1 Arbitragem de juros

Um dos objetivos do IOF-Câmbio é desestimular a entrada de capital quando o real estiver apreciado, como ocorrido, por exemplo, na primeira metade de 2008.

Como exemplo do funcionamento do IOF-Câmbio considere uma operação de arbitragem de taxa de juros em uma situação do real apreciado, na qual um investidor utiliza recursos em moeda estrangeira para investir por um período de *n* meses em uma

operação renda fixa no Brasil à taxa de juros *i*. O valor em dólares ao final da operação, na inexistência do IOF-Câmbio, será

$$E(v_{t+n}) = (v_t d_t)(1+i_{t,t+n}) / E(d_{t+n})$$

onde $E(v_{t+n})$ é o valor esperado ao final da operação em dólares, v_t é o valor aplicado em dólares, d_t é a taxa de câmbio na entrada de dólares, $E(d_{t+n})$ é o valor esperado da taxa de câmbio na saída de dólares e $i_{t,t+n}$ são os juros incorridos no período de t a t+n. O retorno esperado desta operação é

$$E(v_{t+n}) / v_t = (1+i_{t,t+n})(d_t / E(d_{t+n}))$$

Em períodos de apreciação do real $(d_t > d_{t+n})$ há um duplo ganho: os juros $(1+i_{t,t+n})$, e a apreciação incorrida (d_t / d_{t+n}) .

Com a introdução do IOF-Câmbio, o valor final da operação será⁴

$$E(v_{t+n}) = ((v_t d_t - IOF_t)(1+i_{t,t+n}) + IOF_{t+n}) / E(d_{t+n})$$

e o retorno esperado da operação torna-se

$$E(v_{t+n}) / v_t = (1+i_t)(d_t / E(d_{t+n})) + (IOF_{t+n} - IOF_t(1+i_{t,t+n})) / (v_t E(d_{t+n})).$$

Substituindo-se a definição do IOF-Câmbio, $IOF = -(d_t - mm_t)a$, obtém-se a expressão

$$E(v_{t+n})/v_t = (1+i_{t,t+n})(d_t / E(d_{t+n})) + [(E(mm_{t+n}) - E(d_{t+n})) - (mm_t - d_t)(1+i_{t,t+n})]a / (v_t E(d_{t+n})).$$

O retorno esperado dependerá da diferença entre as cotações negociadas e as respectivas médias móveis, sendo a diferença relativa à entrada de capital multiplicada pela taxa de juros no período: $E(d_{t+n}) - E(mm_{t+n}) - (d_t - mm_t)(1+i_{t,t+n})$. Dessa forma, o IOF-Câmbio reduzirá a lucratividade da operação se o aumento esperado no desvio do câmbio em relação à sua trajetória de longo prazo⁵ for menor do que a taxa de juros incorrida no período:

$$\frac{E(mm_{t+n}) - E(d_{t+n})}{mm_{t} - d_{t}} < 1 + i_{t,t+n}$$

⁴ Com o câmbio apreciado paga-se IOF-Câmbio na entrada de capital e recebe-se na saída. Note que, se o câmbio estiver depreciado na saída, haverá pagamento de IOF-Câmbio também na saída, reduzindo ainda mais a lucratividade da operação de investimento em renda fixa no país.

⁵ Não confundir o aumento no desvio do câmbio em relação à sua trajetória de longo prazo, dado pela diferença $(mm_{t+n}-d_{t+n})-(mm_t-d_t)$, com o aumento na apreciação do câmbio, dado pela diferença $d_{t+n}-d_t$.

3. Benefícios esperados

O principal benefício esperado é a redução na volatilidade da taxa de câmbio e dos seus efeitos danosos para a economia: menor incerteza sobre o retorno dos investimentos, menor flutuação do nível geral de preços e maior liberdade para condução da política monetária.

Nas crises econômicas com depreciação abrupta causada pela fuga de capitais, como as ocorridas em 1999, 2001, 2002 e 2008, o IOF-Câmbio atua no sentido de reduzir o choque, tributando as remessas de capital e estimulando a entrada de divisas. Neste caso, o IOF-Câmbio contribuiria para reduzir o nível de reservas necessário para enfrentamento das crises, reduzindo, também o alto custo de acumulação de reservas.

Em tempos de normalidade econômica, como o ocorrido de meados de 2004 até a crise do "subprime" em 2008, o IOF-Câmbio atua no sentido de conter a apreciação da moeda, ao tributar a entrada de capital em busca do alto diferencial de juros brasileiro e estimular a saída de capital, na forma de remessa de lucros, pagamentos de juros e investimentos no exterior. Isto confere um maior grau de liberdade à condução da política monetária (redução da apreciação decorrente do alto diferencial de juros)

É importante ressaltar que o IOF-Câmbio exerce este efeito estabilizador com a manutenção da liberdade de movimentação de capital. De fato, este mecanismo até estimula o fluxo de capital, desde que este contribua para fazer a taxa de câmbio convergir para a sua tendência de longo prazo. Entre as vantagens deste mecanismo estão sua previsibilidade para os agentes econômicos e o respeito às regras postas, em contraposição à implementação de proibições no livre fluxo de capital.

O IOF-Câmbio também pode funcionar como um mecanismo de coordenação de expectativas sobre o valor da taxa de câmbio, ao prover uma tendência de longo prazo para a qual a taxa de câmbio é estimulada a convergir.

4. Comparação outros mecanismos

Não é controle de capitais, a livre movimentação é mantida

O controle de capital no sentido estrito do termo envolve limitações impostas à movimentação internacional de divisas. Neste sentido, o IOF-Câmbio não é um mecanismo de controle de capital, já que mantém a livre movimentação. Além disso, é previsível pelos agentes econômicos e respeita as regras postas, ao contrário de limitações *ad hoc* impostas em momentos de crise.

Não é controle do câmbio, este permanece flutuante

Não envolve determinação do câmbio, o mesmo permanece flutuante. Na realidade o IOF-Câmbio até melhora a flutuação do câmbio neste quesito já que reduz a necessidade de intervenções do Banco Central no mercado de câmbio: flutuação suja.

Não é câmbio duplo

O IOF-Câmbio se distingue das experiências anteriores de câmbio duplo, comercial e flutuante, pois mantém o inter-relacionamento do mercado comercial com os demais. O câmbio continua determinado pelo fechamento das operações financeiras e comerciais. A única diferença é que as operações classificadas como simultâneas sujeitam-se ao débito e crédito de imposto.

Não é Taxa Tobin

A Taxa Tobin estipula uma alíquota baixa sobre a movimentação internacional de capitais com dois objetivos: reduzir a livre movimentação de capitais, através do aumento no custo de transação do sistema financeiro (introdução de grãos de areia em suas engrenagens); e arrecadar recursos para redução da pobreza.

O IOF-Câmbio não tem por objetivo reduzir a movimentação de capitais. Ele busca incentivar movimentos de capital no sentido convergente e reduzir os movimentos divergentes. O IOF-Câmbio tampouco tem objetivos arrecadatórios, sua estrutura de débitos e créditos de imposto produz uma arrecadação líquida igual a zero. Seu objetivo é tão somente regulatório.

Uma outra diferença é que a Taxa Tobin penaliza o país que adotá-la unilateralmente, haja vista que aumentaria os custos de fluxo de capital deste país em relação ao resto do mundo. A adoção da Taxa Tobin, portanto, requer uma coordenação entre os países para sua adoção. Em contraste, o IOF-Câmbio, por não ser arrecadatório, não torna o país menos atrativo aos fluxos de capital internacionais.

5. Administração tributária

O IOF-Câmbio possui um baixo custo de administração, tanto para o Fisco, quanto para o contribuinte. As instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio seriam as responsáveis controle eletrônico da retenção e do recolhimento do imposto. A compensação de créditos com débitos do imposto seria realizada automaticamente após autorização eletrônica fornecida pelo sistema de controle da Receita Federal.

A evasão fiscal do IOF-Câmbio tende a ser reduzida, não somente pela retenção na fonte, como também por sua natureza que envolve um sistema de débitos e créditos de imposto, no qual a parte credora de imposto controla a parte devedora. Além disso, as operações feitas à margem da legislação estariam sujeitas a uma dupla fiscalização: da Receita Federal, pela sonegação tributária, e do Banco Cental, pela evasão de divisas.

As informações geradas pelas operações de compra e venda de divisas também podem ser úteis para subsidiar a fiscalização dos tributos internos, de forma semelhante à utilizada pela extinta CPMF.

6. Alternativas de implantação

Alíquotas não lineares

O funcionamento do IOF-Câmbio descrito acima embute uma taxação linear, a uma alíquota constante, sobre o desvio utilizado na operação de câmbio. Nada impede, porém, o uso de taxação não linear, utilizando-se de alíquotas crescentes com o desvio observado.

Introdução do limite mínimo para funcionamento do IOF-Câmbio

Em benefício da simplificação, poder-se-ia adotar o sistema de crédito e débito de IOF-Câmbio somente quando o desvio da trajetória de longo prazo for superior a um limite.

Determinação indireta do câmbio

Como alternativa à média móvel dos últimos 12 meses, poder-se-ia utilizar alguma combinação desta série com saldos do balanço de transações correntes, de forma a influenciar na condução da taxa de câmbio para um determinado valor desejado.

Referências

Correa, Amildo e Minella, André. 2006. *Nonlinear Mechanisms of the Exchange Rate Pass-Through: A Phillips curve model with threshold for Brazil*. Working Paper Series nº 122, Banco Central do Brasil, novembro.